

1 ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA
2 DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
3 - CONANDA
4

5 Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e seis, na sala
6 de Reunião quatrocentos e vinte e cinco, no Anexo II do Ministério de Justiça, foi realizada
7 a 144ª Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
8 Adolescente - CONANDA. Estiveram presentes: **José Fernando da Silva** - Associação
9 Brasileira de Organizações não Governamentais, **Antonio Pereira da Silva Filho** -
10 Confederação Geral dos Trabalhadores, **Beatriz Hobold** - Pastoral da Criança, **Cláudio**
11 **Augusto Vieira da Silva** - Fundação Fé e Alegria do Brasil, **Elizabete Borgianni** -
12 Conselho Federal de Serviço Social, **Fabio Feitosa da Silva** - União Brasileira de
13 Educação e Ensino, **Helder Delena** - Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança,
14 **Joisiane Sanches de Oliveira Gamba** - Movimento Nacional dos Direitos Humanos,
15 **Lodi Uptmoor Pauly** - Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente - AMENCAR,
16 **Maria das Graças Fonseca Cruz** (Marilene) - Conferência Nacional dos Bispos do
17 Brasil, **Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski** - Movimento Nacional de Meninos e
18 Meninas de Rua, **Marta Marília Tonin** - Ordem dos Advogados do Brasil, **Miriam**
19 **Maria José do Santos** - Inspeção São João Bosco - Salesianos, **Patrícia Campos** -
20 Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. Conselheiros da
21 Sociedade Civil - Suplentes Presentes: **José Ricardo Calza Caporal** - Federação
22 Brasileira das Associações Cristãs de Moços, **Alda Elizabeth Boehler Iglesias Azevedo** -
23 Sociedade Brasileira de Pediatria, **Maria Luisa Moura Oliveira** - Conselho Federal de
24 Psicologia, **Marilene Pedrosa Leite** - Federação Nacional das APAES. Conselheiros
25 Governamentais presentes: **Carmen de Oliveira** Vice Presidente do Conanda - Secretaria
26 Especial dos Direitos Humanos, **Ivanildo Tajra Franzosi** - Casa Civil da Presidência da
27 República, **José Eduardo de Andrade** - Ministério do Desenvolvimento Social e
28 Combate a Fome, **Napoleão Alvarenga** - Ministério da Cultura, **Leandro da Costa**
29 **Fialho** - Ministério da Educação, **Vera Regina Rodrigues** - Ministério da Educação,
30 **Ricardo do Nascimento de Avelar Fonseca** - Ministério do Esporte, **Rogério Baptista**
31 **Teixeira Fernandes** - Ministério da Fazenda, **Deuzinea da Silva Lopes** - Ministério do
32 Trabalho e Emprego, **José Eduardo Romão** - Ministério da Justiça, **Cristina de Fátima**
33 **Guimarães** - Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial da
34 Presidência da República. Convidados: **Silvana Gallina** - Presidência do FONACRIAD,
35 **Dra. Esther** - Conselho Federa de Psicologia.) *Abertura dos Trabalhos:* O Senhor
36 Presidente fez a abertura da Assembléia Cumprimtando a todos e em seguida solicitou
37 que a pauta fosse analisada com o objetivo de fazer ajuste na Programação. A Conselheira
38 **Miriam** propôs dedicar esta Plenária em memória da assessora técnica Sra. Graça
39 **Cantanhede**. A Conselheira **Patrícia** solicitou retirar da pauta da Comissão de Legislação o
40 tema de discussão do Documento do Fórum Nacional DCA, que solicita alteração na
41 Resolução 105 do CONANDA, pois a Comissão não está de posse do Documento. O
42 Presidente convidou o Sr. **Geraldo Garcia**, Profissional da Área de Informática para fazer
43 exposição sobre os quatro módulos do SIPIA. Módulo I- SIPIA I - Sistema usado nos
44 Conselhos Tutelares - CT, solução local e que facilita o dia a dia, sistema feito para
45 funcionar nos Municípios. Tem nele embutido o Estatuto da Criança e do Adolescente Este
46 sistema tem apresentado alguns problemas: o primeiro é quanto ao uso. Existem hoje no
47 Brasil cinco mil conselhos, dos quais mil e quinhentos estão usando o SIPIA. A maior
48 dificuldade é a falta de infra-estrutura dos municípios. Informou que está sendo realizado
49 um estudo com o objetivo de fazer as devidas correções. Módulo II - SIPIA II - Chamado
50 de Infra, trata dos adolescentes infratores em conflito com a Lei e funciona nos Tribunais
51 de Justiça dos Estados. Este sistema foi desenvolvido por uma empresa de informática de
52 Pernambuco e está chegando no Ministério de Justiça, onde será dado suporte. Módulo III
53 - SIPIA III - Módulo de adoções Nacionais e Internacionais que funciona também nos
54 Tribunais de Justiça, nesse sistema é feito o cadastro das crianças e das famílias
55 interessadas, nele é feito o cruzamento de informações sobre todos os aspectos da criança e

56 do interessado em adoção. Módulo IV – SIPIAI IV – Sistema de cadastro dos Conselhos,
57 muito usado, pois nele encontra-se o cadastro do Conselho Tutelar e Conselho de Direito,
58 armazena telefones, endereços, e-mail, fax, etc. E na família SIPIA existe o Portal onde se
59 recebe o conjunto de informações dos sistemas dos módulos I, II, III e IV. O cadastro está
60 embutido no Portal www.mj.gov.br/SIPIA. O objetivo é sanar os problemas e ser e fazer
61 com que o Sistema implantado seja utilizado. Alertou que existem outros problemas, como
62 é o caso dos desaparecidos, o site cadastra as crianças que estão desaparecidas e pela
63 divulgação na Internet as pessoas prestam informações, o sistema apresenta 50% de
64 sucesso, não está no SIPIA, mas está no contexto e poderia ser o módulo V. Informou que
65 estão estudando o desenvolvimento de um módulo a fim de ter um cadastro do Programa
66 de Proteção a Criança e ao Adolescente Ameaçados de Morte – PPCAAM. O Sr. Geraldo
67 informou que a Secretaria de Direitos Humanos é vinculada a Presidência da República e
68 por um Decreto do final de 2003, quem atende as questões de Serviços Gerais, de Recursos
69 Humanos, compras de Informática é o Ministério de Justiça e isso gera uma situação de
70 relacionamento complicado, porque dentro do Ministério da Justiça tem uma coordenação
71 geral de Informática – CGTI, que atende muito bem a rede usada e equipamentos é do
72 Ministério de Justiça e quando há algum problema a Secretaria recebe ajuda, mas quando o
73 assunto é sistema não há atendimento, a preferência dada é menor, devido à hierarquia
74 existente e a prioridade da Coordenação de Informática -CGTI é atender o Ministério de
75 Justiça. A Secretaria tem uma dificuldade estrutural e o Decreto citado complementa: “O
76 Ministério da Justiça atende a Secretaria até que ela possa se tornar independente,
77 realizando os seus próprios serviços”. Ressaltou a necessidade de independência do
78 Sistema e que estão concluindo um Termo de Referência para criar um Edital de Licitação,
79 a fim de que seja contratada uma empresa que atenda e resolva os problemas existentes.
80 Após o esclarecimento dados sobre o SIPIA, o Sr. Geraldo espera que haja uma solução
81 imediata, como contratar uma empresa permanente com profissionais da área, a fim de que
82 haja comprometimento e dedicação ao Sistema. Encaminhamentos fazem parte do
83 planejamento e resolução do CONANDA que coloca a importância da implementação de
84 todos os Módulos. A seguir convidou a Plenária para que colocasse as dúvidas, possíveis
85 esclarecimentos e contribuições sobre o tema apresentado. A Sra. Silvana Gallina colocou
86 a discussão que o FONACRIAD tem feito em relação ao SIPIA, nos três últimos anos
87 foram realizados seminários e tiveram como pauta: a questão da necessidade do Sistema de
88 Informação, a ansiedade dos gestores que querem saber como está o SIPIA. Na reunião de
89 Cuiabá-MT foi pautada a necessidade do Sistema de Informação com dados novos: 1)
90 Dificuldade dos Gestores de dialogar com o Sistema de Justiça sobre a gestão de Sistema
91 de Informação, dificuldades de pautar com os Juízes, 2) Devido a dificuldades existentes,
92 alguns Estados tem tido a iniciativa de contribuir com seus próprios sistemas de
93 informação na área do Adolescente em conflito com a Lei. A sugestão dada na reunião de
94 Cuiabá-MT é que se continue a construir o próprio sistema, sem negar o SIPIA. A Sra.
95 Jacqueline informou que todo sistema integrado auxilia o processo de comunicação, por
96 este motivo foi colocado na Rede ZAP o cadastro de todas as publicações: da SEDH e do
97 CONANDA, informou ainda que será divulgada dentro da Rede ZAP, que engloba 21
98 países, e quem quisesse ter acesso às publicações do CONANDA, será auxiliado por um
99 catálogo dentro da Rede. É uma rede administrada pelo Alexandre e será transformada em
100 *web* para que todos possam ter conhecimento das publicações e assuntos existentes. O
101 Conselheiro José Eduardo questionou: se já existe um plano com custos para aprimorar o
102 sistema com a definição dos recursos necessários (humanos e financeiros). A Conselheira
103 Marilene informou que a Comissão de Articulação e Comunicação fez um estudo em
104 relação ao SIPIA e concluiu que o Sistema apresenta defasagem e precisava ser
105 aprimorado, o sistema é importante, mas não está atingindo o objetivo. A proposta
106 apresentada hoje foi válida e interessante devido à estrutura do SIPIA como um todo. A
107 preocupação permanece em relação ao SIPIA 1, percebe-se que nem todos se apropriaram
108 do sistema apesar da importância dos dados e que não é possível chegar a todos os
109 Municípios e todos os Conselhos Tutelares. Foram pontuados alguns problemas:
110 Conselhos Tutelares sem condição de fazer uso, mas, pelo ponto de vista ele percebe que

111 há problemas com o próprio sistema e questionou o Sr. Geraldo se está sendo feito um
112 estudo das dificuldades quanto a: facilitar o acesso para que Conselhos Tutelares registrem
113 os seus dados e não ter computador, não exime a dificuldade do programa. Após o
114 primeiro bloco de questionamento, o Sr. Geraldo fez os devidos esclarecimentos: O
115 Sistema tem problemas sim, mas ele tem muita utilidade, ele ajuda, mas grande parte dos
116 problemas se reflete nas informações contidas no Portal, citou exemplos procurando sanar
117 as dúvidas existentes. Colocou das metas para 2007: Instalar em 1000 Conselhos, fornecer
118 equipamentos, fazer treinamentos, acompanhar os primeiros momentos do uso para que as
119 pessoas possam engrenar no Programa. É um trabalho grande e de muita comunicação com
120 os Estados, Administradores Estaduais, com os Conselheiros. Quanto ao custo do projeto,
121 o Sistema está orçado em um milhão de reais, a verba disponibilizada talvez seja suficiente
122 para trabalhar o aprimoramento do sistema. A questão dos Municípios está orçada no valor
123 de mil reais para instalar o sistema e estes custos são feitos através de convênios. A
124 Conselheira Júlia solicitou esclarecimento sobre o Módulo II, que tipo de informação é
125 coletada. O Conselheiro Fábio citou que é interessante colocar no papel a questão da
126 manutenção dos equipamentos, capacitação de pessoal. Quanto ao SIPIA II, na questão do
127 monitoramento como é feito o contato com os Conselhos Estaduais, as informações devem
128 ser bem claras e devem ser passadas para que possa haver contribuição e os dados
129 informados são de suma importância. O investimento tem sido grande, mas não há
130 resultado. A Conselheira Júlia colocou que desde 1997 quando o CONANDA começou
131 com o SIPIA I, as dificuldades apresentadas eram os Municípios que não possuíam
132 equipamentos e até hoje se discute o SIPIA, ouve-se a mesma fala, que os Conselheiros
133 Tutelares não tem capacidade de operar computador, não há mais porque colocar a culpa
134 nos mesmos problemas de sempre. Sugerindo ainda, que se refletisse bem sobre os gastos.
135 O Conselheiro Helder falou da sua preocupação com relação aos Estados e Municípios
136 estarem fazendo seus próprios sistemas. Em São Paulo tem o TEAR e está funcionando.
137 Está se investindo numa reestruturação do SIPIA sem ouvir os Estados, sem haver diálogo
138 e com o passar do tempo os estados vão ficar com seu próprio sistema deixando o SIPIA
139 de lado, e o investimento é muito grande. Como será o diálogo para que o Banco de Dados
140 tenha as mesmas informações que deverão ser aproveitadas pelo SIPIA e a quem cabe a
141 responsabilidade pela base de dados e que fará a ligação com os Conselhos. Como está
142 sendo a conversa com os Estados para responsabilizar onde fica a base, quem dará o
143 suporte da estrutura da informática. A Conselheira Joisiane falou da análise feita sobre o
144 gráfico desenhado em que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos se encontra bem no
145 meio e que a criança e o adolescente deve ser o ângulo agudo desta secretaria. Partindo da
146 análise, é possível visualizar o que significa o tratamento de Direitos Humanos neste País,
147 até na informática os Direitos Humanos são tratados como a periferia, ou seja, quando a
148 justiça ainda tem tempo dos Direitos Humanos. No seu entendimento o sistema deve
149 funcionar para dentro com o objetivo de auxiliar e para fora seria possibilitar às pessoas a
150 informações. O Portal deve possibilitar o acesso da população às informações contidas. E
151 para que o Sistema possa cumprir com a missão de trabalhar para dentro e para fora
152 principalmente para o CONANDA é necessário que o sistema seja integrado. O
153 Conselheiro Cláudio citou que o SIPIA é de 1991 e participou da primeira reunião e alguns
154 itens que foram colocados hoje, foram assuntos abordados em 1991, ou seja, de lá pra cá o
155 SIPIA não conseguiu caminhar. Fez colocações enfáticas sobre a opinião que ele tem em
156 relação ao Sistema, ou seja, não acredita que o sistema funcione devido a uma serie de
157 entraves que existem. Após os questionamentos feitos, o Sr. Geraldo colocou que a
158 contextualização do Sr. Cláudio foi perfeita e que o sistema não vai trazer soluções, mas
159 ele é parte de uma Ação Conjunta, o funcionamento depende de uma Ação Integrada,
160 depende da parceria com os Estados, do esforço para ser usado e as pessoas só farão
161 esforços quando tiverem benefício próprios. Do ponto de vista dele, o SIPIA contribuiu
162 para com o Conselho Tutelar, pois o sistema ajuda na organização, na memória, ajuda na
163 transição de grupo de Conselheiros para outros. Ajuda a compreender o Estatuto da
164 Criança e do Adolescente. O Sr. Geraldo defende o SIPIA I, falou ainda, que é necessário
165 ter uma linha de conduta para definir algumas questões, e estas questões devem ser

166 definidas pelo CONANDA. É necessário pensar em um produto, que seja útil para a
167 ponta, e se não tiver utilidade não deve haver investimento. Prestou informações sobre o
168 REDINFA, que é um cadastro de ONGS, Conselhos, Trabalhos Publicados da Infância e
169 do Adolescente é um cadastro que talvez haja necessidade de incluí-lo em mais um
170 Módulo e isso demanda tempo, estudo, profissionais especializados é um grande trabalho a
171 ser feito e realmente existe um sentimento de frustração. Informou que o PRODAN –
172 Processamento de Dados do Estado não hospeda o sistema e não tem conhecimentos, pois
173 quem realiza a hospedagem do INFRA ADOTE são os Tribunais de Justiça. Os Estados
174 estão criando o seu próprio sistema. Quanto aos Estados, estão implantando o sistema e
175 está em ótimo funcionamento, a idéia é incentivar e aproveitar o que está bom, o
176 importante é que as informações cheguem ao Portal. A informação do Portal está
177 disponível na Internet e o Conselho está disponível para a Sociedade. A Conselheira
178 Patrícia colocou que o Comitê dos Direitos da Criança da ONU ficou muito impressionado
179 com a falta de informações Nacionais e que o Governo não pode se eximir já que é ele
180 quem tem que ter o papel de liderança para ter acesso às informações. Ela também não
181 concorda com os Sistemas INFRA e INFRA ADOTE não sejam nos Tribunais de Justiça,
182 mas principalmente em relação ao Adolescente infrator, pois a validade das informações só
183 pode ser creditada se vier do Judiciário; pois questões como reincidência infracional, as
184 unidades de internações não podem dar essas informações. Só o Tribunal de Justiça que
185 fornece as informações. A seguir fez o seguinte questionamento: “É possível ter acesso ao
186 Termo de Referência e se há como contribuir? Pois há necessidade que as informações
187 Nacionais sejam produzidas urgentemente com qualidade”. O convidado Sr. Diego
188 compartilhou um exemplo praticado no Rio Grande do Norte e na fala do palestrante faltou
189 um aspecto importante sobre o SIPIA, que é a necessidade de ter informações vindouras
190 dos conselhos Municipais no que tange aos programas governamentais e as Organizações
191 não-governamentais incluídas no Sistema e que deve ser acionado e não culpar apenas o
192 Conselho Tutelar em si, mas perceber a responsabilidade que os Conselhos Municipais tem
193 em adotar isso. A Conselheira Elizabete questionou se existe na equipe dele, alguém que já
194 tenha atendido uma criança acorrentada ao pé de uma cama ou queimada por pontas de
195 cigarros, ou perambular pelas ruas dias e dias por não conseguir voltar para casa. São essas
196 questões que o Conselho Tutelar tem que trabalhar diuturnamente, acrescentando ainda,
197 que a questão que está sendo discutida nesta plenária, não é meramente técnica, até porque
198 é de conhecimento de todos que neste País como em muitos Países de capitalismo
199 periférico, a questão da informação se desenvolve quando há interesses financeiros ou
200 outros interesses, ele não falha na Bolsa de Valores, pois ele possui um Sistema e quem o
201 opera não perde um segundo e se o seu direito de acionista estiver sendo violado, a
202 prontidão é imediata e esse Sistema de Informação funciona. O Sistema de Informações
203 para garantias de Direitos deve funcionar tão bem como o da Bolsa de Valores. Após
204 colocar a sua opinião, a Conselheira Elizabete fez duas sugestões concretas: 1) Envolver o
205 MEC para que acione as Universidades Federais a contribuir nesta ação que deve ser
206 articulada na Federação e que o Senhor Geraldo pode coordenar este processo, criando a
207 Rede; 2) Envolver o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário, ou seja a equipe técnica destes
208 Órgãos, que são os psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, etc. A Equipe Técnica estará
209 respondendo às questões necessárias que a equipe do Sr. Geraldo necessita. O Conselho
210 Federal de Serviço Social e o Conselho de Psicologia estarão apoiando para a criação de
211 uma ação logística dentro dos Tribunais e Equipes Técnicas. Após as colocações feitas por
212 alguns Conselheiros, o Sr. Geraldo prestou os devidos esclarecimentos: As informações
213 precisam ser alimentadas pelos Tribunais de Justiça e a hospedagem do Sistema pode ser
214 em outro local. A dificuldade existente é entrar nos Tribunais e instalar o Sistema, pois lá
215 existem conjuntos de regras de segurança. Em relação ao acesso ao termo de referência está
216 pronto, mas não está encaminhado oficialmente, mas será encaminhado para os
217 Conselheiros por internet. Em resposta as colocações feitas pela Conselheira Elizabete, o
218 Sr. Geraldo colocou que o ator principal no cenário é o Conselheiro Tutelar, pois é ele
219 quem estará fazendo o atendimento à criança. É necessário ter sentimentos, conhecer a
220 história para construir o sistema. O estudo que está sendo feito é sobre se vale à pena fazer

221 investimentos, se será de utilidade e ajuda para os Conselheiros, para os Conselhos
222 Estaduais, Municipais, o CONANDA e a Secretaria na coleta de informações sobre a
223 Criança e o Adolescente. Se a conclusão for que o Sistema trará benefícios, merece o
224 investimento. Quanto às questões das Universidades Federais, colocou que não sabe como
225 deverá ser encaminhada, mas que está registrado para ser analisado junto ao Conselho.
226 Quanto ao custo operacional do SIPIA por ano, o que se pode definir no momento são os
227 gastos com a implementação do sistema. Com o Sistema funcionando no ano de 2007 será
228 possível fazer a previsão orçamentária anual do SIPIA. Investir no SIPIA I vale a pena.
229 Está sendo usada a plataforma de informática do Ministério de Justiça e continuará a ser
230 utilizada. Após ouvir o Sr. Geraldo e os questionamentos feitos, o Presidente do Conanda,
231 concluiu que é necessário adotar um Plano de Trabalho para a implementação do Sistema,
232 a idéia da Conselheira Elizabete deve ser pensada e agregada. E que nos próximos dois
233 meses, a Comissão de Articulação e Comunicação, o Sr. Geraldo e o CONANDA
234 pudessem construir um Plano de Trabalho, a fim de que não existam Planos Paralelos. É
235 necessário ter uma Ação concreta com o Conselho Nacional de Justiça e caminhar para
236 uma resolução conjunta. A Vice Presidente acrescentou que tem acompanhado
237 cotidianamente a construção e já considera um Plano de Trabalho o faltando formalizá-lo.
238 O objetivo é avançar, para que a gestão da informação seja constituída em um novo
239 Programa da Subsecretaria, visto que os dois grandes papéis que a mesma tem na estrutura
240 do Governo Federal é Articulação das Políticas Setoriais voltadas para a Criança e o
241 Adolescente e do outro lado a produção de informações e geração de conhecimentos a
242 partir das experiências que estão sendo desenvolvidas nos Estados e Municípios. O tema da
243 informação foi considerado prioridade dentro do Plano de Governo. E está sendo colocado
244 como formato de Observatório de Direitos da Criança e do Adolescente. Colocou que há
245 interesse da Subsecretaria de colocar um Edital específico de parceria com as
246 universidades regionais com abertura dos Bancos de Dados do SIPIA. Os
247 encaminhamentos dados pela Sra. Carmem foram: continuar construindo o Plano de
248 Trabalho, compatibilizar as idéias das Salas de Situação e do observatório de Direitos e
249 caminhar no Edital de Pesquisa. O Presidente colocou que participou da Reunião junto a
250 UNICEF, o assunto abordado foi a "sala de situação" e que este tema faz parte do Plano de
251 Trabalho e foi atribuído a ele fazer este acompanhamento, isto é bom, porque o que o
252 CONANDA quer é ter um conjunto de informações da situação da Infância e da
253 Adolescência no Brasil. A UNICEF tem trabalhado permanentemente com os dados do
254 IBGE e no diálogo existente, a idéia é que os dados sejam disponibilizados para o
255 CONANDA, Conselhos Estaduais e Municipais. Diante das informações da Secretaria que
256 já está de posse dessas informações, sugeriu que em novembro ou dezembro este assunto
257 estivesse de forma escrita objetivando facilitar os diálogos, pois existe um diálogo que é
258 central e que deve ser feito com os Conselhos Estaduais a fim de que culpa não recaia
259 sobre o CONANDA e sobre o Sistema. Frisou da importância do Plano de Trabalho, o
260 diálogo com os Conselhos deve acontecer o mais rápido possível. *O segundo ponto a ser*
261 *abordado foi sobre a situação das medidas sócio-educativas, tendo como referência o*
262 *Relatório de Inspeção da OAB/CFP.* O Parecer do FONACRIAD e o Diagnóstico
263 elaborado pela SPDCA/SEDH. Foram convidados para participar e prestar esclarecimentos
264 sobre este assunto a Dra. Marta Tonin, da Ordem dos Advogados do Brasil, a Dra. Esther
265 Arantes, do Conselho Federal de Psicologia e a Professora Silvana Gallina, presidenta da
266 FONACRIAD. A Dra. Marta deu início ao diálogo colocando que o objetivo da realização
267 da Inspeção Nacional é verificar se os direitos esculpidos nos artigos 123, 124 e 125 do
268 Estatuto estavam sendo cumpridos pelas Unidades de Internação, como a existência de
269 Plano Pedagógico profissionalizante, existência de Defensoria Pública para
270 acompanhamento dos processos dos adolescentes, a questão da saúde, dos espancamentos
271 e do retrato das unidades sob o ponto de vista arquitetônico. O balanço feito anualmente é
272 para verificar o que de fato está avançando no sentido de Implementação e Cumprimento
273 do Estatuto da Criança e do Adolescente, por este motivo o CFP e a OAB reuniram-se e
274 decidiram fazer a inspeção. O que chama a atenção no resultado é o percentual apresentado
275 da falta de profissionalização dentro das unidades, a falta de segurança por parte das

276 Secretarias de Segurança, da Justiça dos Estados e que ainda não implementaram a defesa
277 da Defensoria Pública, excesso de prazo nas Unidades de Internação Provisória. Informou
278 que em vários Estados os adolescentes estão permanecendo mais do que os 45 dias nas
279 Unidades de Internação Provisória. A superpopulação é um dado muito preocupante e o
280 responsável pela Unidade do Rio Grande do Sul informou no dia da inspeção, que a
281 superpopulação é um fato e que esta realidade não pode ser escondida e que está presente
282 na maioria das Unidades. Quando há superpopulação existe a dificuldade trabalhar os
283 outros fatores como a escolarização e profissionalização. O Relatório apresentado teve
284 como principal objetivo verificar a nível Nacional uma amostragem. A luta maior dos
285 Conselhos é no sentido de assegurar os Direitos Humanos, por este motivo é necessário
286 construir a temática "A Defesa e Luta dos Direitos da Criança e do Adolescente". A Dra.
287 Esther citou que o CFP vem implementando como Política do Conselho a questão dos
288 Direitos Humanos, por este motivo é tema central de estudo nas diversas áreas de atuação
289 do profissional da área de psicologia. A Comissão de Direitos Humanos do Conselho
290 realiza reuniões anualmente ou bianualmente em Brasília com representantes das Comissões
291 de Direitos Humanos de todo o Brasil e é nessa reunião que é decidido sobre a campanha a
292 ser lançada e divulgada. As questões debatidas foram tão sérias que foram votadas por
293 unanimidade – a questão da violência, tortura, da violação dos Direitos nas práticas de
294 privação de liberdade em geral – entendendo por Privação de Liberdade, também as
295 prisões, os asilos para idosos e Crianças e Adolescentes portadores de deficiência, que
296 acaba sendo prática de encarceramento. Tudo isto são questões de suma importância, pois
297 hoje existem profissionais da área de Psicologia trabalhado em todos esses lugares e isso é
298 colocado como uma questão ética, técnica, política, científica para o Psicólogo e seu papel
299 nessas Unidades. Existem Psicólogos, Educadores, Assistentes Sociais, Médicos, sofrendo
300 e adoecendo devido ao trabalho nas situações desumanizadas, onde é presenciado e
301 vivenciado o cotidiano que em que eles são atingidos, surgindo dúvidas quanto quem é o
302 cliente, se o Juiz, o gestor ou o menino. Questionou sobre o que fazer quando é presença
303 um menino sendo espancado na Unidade. Percebe-se também insatisfações por parte dos
304 profissionais, quanto a estar fazendo apenas laudos para subsidiar uma decisão do Juiz e
305 esses profissionais poderiam estar fazendo muito mais em termos educativos, de promoção
306 da vida, da saúde. Faz-se necessário um debate para refletir a situação de encarceramento
307 que deve ser problematizada. Em função da campanha, o CFP foi criar um nome para as
308 inspeções, visitas, blitz, que é a caravana de Direitos Humanos aonde existem umas séries
309 de ações como fazer visitas e verificar a forma que o encarceramento está acontecendo. E
310 em parceria com a OAB e após várias reflexões optou-se realizar visitas as Unidades do
311 Sistema Sócio-Educativo, esta ação foi estudada e amadurecida. Tudo foi planejado de
312 uma forma bem cuidadosa e cautelosa na Inspeção, desde o roteiro, as instruções, tomando
313 o Estatuto como diretriz para essas ações. A metodologia usada não foi de pesquisa e sim
314 de organização, com objetivo de que as Comissões, que foram preparadas por seis meses,
315 saíssem em campo no mesmo momento, dia e hora para realizar as visitas. A metodologia
316 utilizada foi de visita e o objetivo não foi cobrir o Universo das Unidades e sim que cada
317 regional fizesse pelo menos uma. É uma amostra significativa e a partir daí foi constatado
318 questões mais ou menos comuns nas unidades que foram visitadas, como por exemplo, a
319 superlotação e os dados encontrados não diferem das pesquisas e levantamentos das
320 Secretarias de Direito Humano, do CONANDA e da UNICEF, esses dados só confirmam
321 a existência, o fato de que dezesseis anos após o Estatuto da Criança e do Adolescente ter
322 sido votado, ainda não se conseguiu ordenar à prática em relação aos princípios do Estatuto
323 – ECA, isto significa que há muitas ações a serem feitas. O propósito do CFP é somar e
324 não de estar confrontando. A Dra. ESTHER informou que muitas pessoas desconhecem o
325 SINASE e há muita desinformação nesse sentido, por este motivo tem se pensado em fazer
326 seminários para saber o que fazer para caminhar na implementação, resolver a reordenar o
327 Sistema Sócio-Educativo. A Profª SILVANA, presidente do FONACRIAD colocou a
328 importância de poder ser ouvida e ouvir as Instituições presentes que realizaram o trabalho
329 apresentado. O objetivo do diálogo é estar construindo algo que seja afirmativo e positivo
330 para a vida dos Adolescentes em conflito com a Lei. A FONACRIAD encaminhou uma

331 resposta à ação da OAB e CFP discordando e questionando a forma como se sucedeu a
332 ação, mas que em nenhum momento essas instituições deixam de ser reconhecidas como a
333 importância que elas possuem dentro da Sociedade Civil como representantes do Conselho
334 Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. A Profª. SILVANA colocou
335 que conhece os desafios, a dificuldade de trabalhar e o compromisso que os profissionais
336 possuem e que almejam por um País melhor e um mundo diferente. A Presidente do
337 FONACRIAD deixou registrada uma crítica no sentido de avançar nas proposições com
338 relação à forma, colocando também sugestões necessárias para avançar nas visitas e ao
339 conteúdo e que em nenhum momento o FONACRIAD tem posicionamento de negação das
340 condições desumanas das unidades. Atualmente o que se percebe no Fórum é o
341 posicionamento de afirmação, de reconhecimento e de muito compromisso da maioria dos
342 gestores que é de superar essa realidade existente e que esta superação não é possível
343 acontecer individualmente e sim da aliança, da ajuda dos diferentes atores de instituições
344 compromissadas com o Sistema de Garantia dos Direitos. Após a Assembléia do mês de
345 setembro foi encaminhado um relatório a todos os Gestores sobre o debate, solicitando a
346 partir dos encaminhamentos dados a esta plenária. Foi orientado um questionário onde os
347 gestores se colocassem em relação aos sentimentos e formas como foi a visita, visto que
348 não foram ouvidos, com o objetivo de ter um avanço em relação ao conteúdo e quais os
349 desafios e valorizar o papel do Gestor. Os diálogos devem ser construídos pensando sobre
350 o que é uma Unidade de Internação, o que significa e quais as competências e atribuições
351 de um gestor. Os Gestores também adoecem no Sistema, principalmente aqueles que são
352 muito comprometidos com a causa. Tem sido percebido que as Unidades de Internação tem
353 sido ocupadas por pessoas que tem sensibilidades e também existem muitas críticas e a
354 idéia não é discordar do diagnóstico da OAB e CFP e sim concordar, pois não há como
355 esconder a realidade das Instituições. Partindo deste contexto, a idéia é construir uma
356 proposta ou afirmar as proposições existentes. 1º - Questionário enviado para todos os
357 Gestores, solicitando que os 22 Estados e o Distrito Federal que receberam a visita da OAB
358 e CFP, e o respondessem e apenas catorze questionários foram respondidos. As respostas
359 foram: Equívoco de competência, abuso de autoridade, desrespeito as normas da Unidade,
360 demonstração de interesse em gerar transtorno e desgastes, ausência de reconhecimento
361 pelos profissionais com relação a OAB e CFP, relevância de pontos negativos, estrutura
362 física das Instituições, omissão de juízo de valores quanto ao tratamento de adolescentes,
363 caráter fiscalizador e não propositivo. Comprometimento da imagem da Instituição
364 prejudicando as ações externas. Relatos pautados apenas nas escutas dos adolescentes em
365 detrimento as escutas dos profissionais e Gestores, publicações e restritas das visitas no
366 meio de comunicação, sem observar os pressupostos do ECA, divulgação sem discussão
367 prévia relativa a fala, fatos que ocorreram na Unidade e já haviam sido submetidos a
368 procedimentos técnicos legais e permanentes. 2º - Fatos ocorridos no Sistema após a visita
369 da OAB e CFP, avaliados pelos Gestores e Equipe Técnica como consequência da visita;
370 aumento do nível da agitação, resistência em acatar normas e regras, aumento da
371 agressividade do adolescente, questionamento dos gestores acerca das estratégias,
372 conteúdo e finalidade da visita, contato com a OAB e CFP a fim de avaliar e esclarecer
373 questões pertinentes a visitas, comprometimentos da rotina pedagógica das unidades,
374 insatisfação dos profissionais pelo não-reconhecimento do trabalho desenvolvido na
375 Unidade. 3º - Localização das Unidades visitadas e que responderam às pesquisas: São 13
376 Estados e o Distrito Federal, sendo que desse total 21% representa a região Sudeste, 14% a
377 região Sul, 7% a Norte, 43% a região Nordeste e 14% o Centro-Oeste. Na região Sudeste,
378 dos quatro Estados visitados, três responderam ao questionário, no caso 75%; Na região
379 Sul dos 3 Estados visitados 2 responderam, 67%; Região Norte, dos 5 Estados visitados
380 apenas 1 respondeu; Da Região Nordeste dos 7 Estados visitados, 6 responderam o que
381 representa 86% e do Centro-Oeste dos 04 estados visitados, 2 responderam, o que
382 representa 51%. 4º - Em relação a idade das Unidades e representação gráfica que
383 abrangem as que foram visitadas e responderam à pesquisa: Unidades com mais de 40
384 anos, 31%; Unidades de 30 a 36 anos, 30%; Unidades com idades entre 20 e 26 anos, 27%;
385 Unidades com 7 a 16 anos, 8% e Unidades até 06 anos, 4%. 5º - Políticas de atendimento

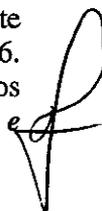
386 aos Adolescentes em conflito com a Lei nos Estados visitados: nos 13 Estados e Distrito
387 Federal. 6° - Principais dificuldades do Sistema Sócio-Educativo: Indisponibilidade e
388 financeira orçamentária do Governo Federal, Lentidão no Sistema de Justiça, não-
389 observância aos 45 dias, falta de articulação das Políticas Públicas, Burocracia na liberação
390 do Governo Federal, Indisponibilidade de recursos do Governo Estadual e
391 Indisponibilidade para Medidas sócio-Educativas em meio aberto. 7° - Articulação com as
392 Políticas Públicas, não há entendimento do papel de cada Secretaria e Órgãos de cada
393 Política em atendimento ao Adolescente em conflito com a Lei e as maiores dificuldades
394 estão na área da Saúde, Educação e profissionalização, em destaque a Área da Saúde. 8° -
395 Na área da Saúde, falta de Políticas voltadas à saúde mental e drogadição, morosidade e
396 dificuldade na elaboração e implementação do Plano Operativo, quadro reduzido de
397 profissionais adequados as necessidades da clientela no Sistema Sócio-Educativo e demais
398 dificuldades. 10° - Profissionalização, nível de escolaridade insuficiente para a inclusão dos
399 cursos profissionalizantes, falta de materiais para as Oficinas Profissionalizantes e a
400 Política do ministrar as aulas nas oficinas e a política do Sistema AS que é inadequada a
401 realidade do aprendizado do Adolescente. 11° - Dificuldades na área de Segurança,
402 policiais militares com formação inadequada. 12° Na área da Assistência Social,
403 principalmente a inversão das famílias nos Programas Sociais. 13° - Em relação ao Meio
404 Aberto, insuficiência na aplicabilidade de recursos na esfera Estadual e Municipal para a
405 implementação dos Programas, numero reduzido de Programas de Medidas Sócio-
406 Educativas em Meio Aberto instalado nos Municípios, falta de referência para a elaboração
407 dos Projetos para atendimentos, desconhecimento e despreparo dos gestores municipais
408 acerca das Medidas Sócio-Educativas em meio aberto, inexistência de profissionais para
409 atuar nos Programas e falta de mobilidade da rede atendimento e sistema de Direito. 14° -
410 Finanças, Insuficiência e burocracia na liberação dos recursos do Governo Federal e
411 Estadual, agenda de execução de Obras com atraso em decorrência da burocracia. 15°
412 Defesa dos Adolescentes, insuficiência ou inexistência de Defensores Públicos nas
413 Comarcas, Defensores Públicos despreparados para atender a demanda dos Adolescentes,
414 Insuficiência de Advogados para atendimento a Adolescentes e acompanhamentos a
415 processos. Pretende-se fazer o mapeamento de quantos Estados não tem Defensoria
416 Pública. 16° -Estas Informações foram trazidas com o objetivo de superar e garantir os
417 Direitos dos Adolescentes em conflito com a Lei. A Vice Presidente começou o seu
418 diálogo dizendo que uma boa sessão é a que produz deslocamento até a próxima sessão e já
419 existe um êxito afirmado através do relatório, pois ele produziu movimento visível num
420 processo de auto-avaliação, auto-inspeção, com o objetivo de contemplar o incômodo
421 gerado. E que houve reincidência as críticas feitas ao relatório que é o tom queixoso, que é
422 o discurso da falta: falta isso, é insuficiente, não tem, etc. Como é possível implementar o
423 SINASE diante deste cenário e reafirmou sua potência, e que o motivador do SINASE é o
424 cenário apresentado pontuando que um dos nós da SPDCA é a falta de informações. Foi
425 feito um levantamento e está disponibilizado no SITE e que é muito simples e singelo
426 diante da quantidade de informações que faltam. O levantamento foi bem detalhado,
427 pegando unidade por unidade das 366 Unidades existentes, mas o adolescente não é
428 caracterizado, pois não informa a faixa etária, se a família está presente, só o pai ou a mãe,
429 não permite verificar as medidas e o tempo de internação que são dados importantes e que
430 no próximo levantamento estes dados deveriam ser incluídos. Não permite alguns
431 indicadores básicos de Direitos Humanos, como por exemplo, o número de fugas que
432 houve, numero de medidas de isolamento que foram praticadas. A Conselheira Carmen
433 colocou que teve conhecimento através e um Oficial do UNICEF no Uruguai de que existe
434 um sistema de monitoramento em Direitos Humanos em Unidade de Privação de
435 Liberdade com adolescentes que foi desenvolvido nos Estados Unidos, na Europa e talvez
436 houvesse uma necessidade de adequar este instrumental e que este assunto pode ser
437 discutido na Comissão de Políticas Públicas junto com a Unicef. Existem alguns Dados
438 preocupantes. Questionou que se existe 31% das Unidades que foram construídas após o
439 ECA e já estão aparecendo como violação de Direito, como é que uma estrutura nova, de
440 equipe de Plano de Projeto Institucional é rapidamente caduca e se corrompe. Solicitou ao

441 FONACRIAD que apresentasse ao CONANDA um plano de ações estratégicas que estão
442 sendo desenvolvidas nas Unidades denunciadas a fim de se formar uma parceria para
443 verificar o nível de implementação e as perspectivas que serão colocadas futuramente. A
444 senhora Carmem colocou ainda que estão respondendo a Corte Inter Americana problemas
445 relacionados a dois estados, Distrito Federal e São Paulo. A Secretaria tem recebido
446 relatórios periódicos nas datas combinadas com a Corte e têm sido enviadas respostas à
447 mesma em relação às informações recebidas e inspecionadas por esta Secretaria. Em
448 relação ao DF foi constituída uma comissão de acompanhamento e que foi aceito pelo DF.
449 No caso de SP foi sinalizado acontecer após o processo eleitoral, uma abertura nesse
450 sentido, não há sinalização se estes informes estão autorizados a serem liberados e para
451 poder fazer a liberação deles é necessário pedir autorização à Corte. Se houver um
452 entendimento do CONANDA de ter acesso ao material, a Secretaria poderá pronunciar-se
453 a Corte para que este material seja liberado. A Plenária aprovou este encaminhamento. O
454 Conselheiro Fábio fez algumas considerações quanto aos avanços que o FONACRIAD tem
455 conquistado, mas ressaltou que há muito que avançar ainda, principalmente em Minas
456 Gerais, aonde ele acompanhou o processo enquanto Conselheiro Estadual, existem
457 problemas e com relação aos Conselhos. Ponderou que o FONACRIAD pode contribuir
458 com as Secretarias a fim de que elas tenham atuação transparente em relação aos
459 Conselhos, exemplificando fatos vivenciados em Minas Gerais, os dados eram levados e
460 discutidos para a aprovação do Plano de Ação do Governo no Conselho Estadual. Hoje, os
461 fatos são omitidos pelas Secretarias, então é necessário formar parceria e o CONANDA
462 deve ter uma atuação firme junto aos Conselhos Estaduais em relação a sua Resolução
463 sobre número de adolescentes. Faz-se necessário que o CONANDA faça um
464 acompanhamento em função não só de números, mas também em função da Proposta
465 Política Pedagógica. Quanto aos profissionais, citou a experiência vivenciada no Centro de
466 Internação no período de um ano e meio citando a sua saída por problemas de saúde. De
467 fato os profissionais que trabalham nas Unidades de Internação adoecem, então urge
468 pensar numa parceria com a OAB e CFP na questão de formação dos profissionais.
469 Ressaltou que trabalhar em conjunto é necessário e que unir força é fundamental. O
470 Conselheiro Helder desejou a professora Silvana sucesso na sua gestão e que ela consiga
471 quebrar o ciclo de Violação de Direitos que os Adolescentes sofrem nas Unidades de
472 Internação, mesmo sabendo ser essa uma tarefa bastante difícil. O Conselheiro Helder
473 reconhece a competência dos Conselhos Federais de Psicologia e da Ordem dos Advogado
474 do Brasil, instituições sérias, para realizarem as visitas nas unidades de internação nos
475 Estados. Considera serem instituições extremamente preocupadas com a garantia dos
476 direitos humanos, portanto, instituições com credibilidade. Fez uma observação sobre a
477 nota que o FONACRIAD divulgou colocando que pelo que tem visto, ouvido e lido, não é
478 verdade que as portas das unidades de internação estão abertas à sociedade, as portas estão
479 fechadas para a Sociedade, estão cerceando esse direito. A outra questão apontada foi à
480 prática de Tortura nas Unidades de internação, colocando que já viu, ouviu a denúncia que
481 a Conselheira Beth do CFESS trouxe a este Conselho, sobre a unidade de internação do
482 Belém e leu no relatório de visita realizada pelo CFP e CFOAB. A prática de tortura é
483 crime. É preciso que os Gestores estejam dispostos a mudar esta cultura. Como está posto
484 na nota, esse é um processo lento, entretanto há 16 anos o que se tem observado é que estas
485 ocorrências estão tornando-se comuns, não havendo um processo de reversão desse
486 quadro. Finalizando colocou algumas sugestões: A) Que em seis meses fosse apresentado
487 neste Conselho o Plano Político Pedagógico, de todos os Estados que tenham Unidade de
488 Internação para que o Conselho faça a avaliação. B) Que seja feito um controle, uma
489 fiscalização mais rígida quanto a pratica de Tortura nas Unidades, e que em 6 (seis) meses
490 este assunto seja socializado neste Conselho, disponibilizando os processos iniciados para
491 averiguação de pratica de tortura nas unidades de internação e o afastamento dos
492 funcionários; O objetivo é desenvolver um trabalho em conjunto para que este fato possa
493 ser revertido e não ficar só no desejo de mudança. C) Que em um ano a Pesquisa
494 apresentada hoje possa ser realizada novamente para saber o que foi mudado, deve ser
495 refeita para que se tenha o feedback. O assunto é grave e o Comitê Nacional contra Tortura



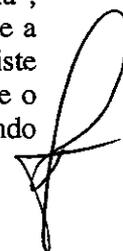
496 deve ser convidado a participar desse processo. O Conselheiro aponta também a
497 necessidade de se ter formação adequada para os profissionais que lá atuam,
498 especificamente os da área da Psicologia, pois já viu alguns profissionais temerem os
499 adolescentes. Esses profissionais, antes de mais nada, devem saber que existe no
500 adolescente autor de ato infracional um ser humano e, se este for tratado como tal, com
501 certeza não fará mau a ninguém, agora, se for tratado de forma diferente não tenham
502 dúvidas que eles reagirão. O Conselheiro propõe que os Conselhos de Psicologia e Serviço
503 Social possam fazer esse trabalho com os profissionais da área. O Conselheiro Cláudio
504 falou da divergência que houve entre a visita exercida pelos dois Conselhos e a nota do
505 FONACRIAD, este é o objeto aprovado na última Assembléia. O relato dos Estados tem
506 um fato muito preocupante, pois nem todos responderam ao FONACRIAD. Questionou o
507 fato de não terem respondido. Comentou que as coincidências dos relatos são reais e faltou
508 no relato do estados o uso político que aconteceu em alguns Estados e não apareceu. Isto é
509 grave. O Conselheiro José Eduardo lembrou sobre o seu posicionamento na Assembléia
510 anterior, colocando que sente orgulho em ser Conselheiro do Conanda e poder estar
511 participando de uma discussão como esta. A apresentação feita pela Professora Silvana é
512 que coloca a posição dos Gestores, de profissionais públicos preocupados com os
513 Programas e os desafios colocados, assumindo as responsabilidades do cargo. Com a
514 relação às Propostas de Encaminhamento: 1) A própria comissão que apresentará o Plano
515 de Implementação é que deverá trazer as propostas de encaminhamentos e não cabe neste
516 momento pensar em outras ações, mas sim esperar o Plano de Ação que será trazido no
517 âmbito deste Conselho. A Conselheira Miriam colocou para a Professora Silvana sobre o
518 incomodo causado ao FONACRIAD pela OAB e CFP, pois as pessoas só agem quando
519 são incomodadas. Este incômodo teve conseqüências positivas, pois a Plenária está
520 discutindo e os subsídios apresentados que foram interessantes e existem dois fatos
521 importantes que deverão ser trabalhados no Grupo Intersetorial. Sugeriu agregar as
522 propostas do Conselheiro Helder e que os Planos Pedagógicos sejam aprovados pelos
523 Conselhos Estaduais. A Conselheira Elizabete dirigiu-se a exposição da professora
524 Carmem colocando que os Conselhos de Serviço Social e de Psicologia são legítimos em
525 fazer as Inspeções citando e fazendo a leitura do Código de Ética do Assistente Social no
526 seu artigo 8º, após a leitura do artigo, a Conselheira Elizabete desejou para a Professora
527 Silvana êxito e que ela consiga construir no espaço uma hegemonia, a consolidação dos
528 Direitos e não o corporativismo natural que todos os grupos tendem a construir, pois ela
529 possui todas as credenciais para conseguir grandes avanços nessa linha. Ela fez uma visita a
530 uma Unidade específica como Presidente do CEFES e por ser Conselheira do CONANDA
531 a visita foi franqueada, constatou exatamente o que está colocado no relatório da OAB e
532 CFP em relação à Unidade EREC do Pará, citando a capacidade de 48, lotação 130,
533 violação do sigilo de correspondências sim, trabalho sócio educativo precário, aulas de 15
534 minutos, atenção a saúde precária, assistência jurídica não, defensoria pública não, acesso
535 ao pátio sim, esporadicamente e constatou que não havia acesso ao pátio, os meninos
536 ficavam direto na cela. O que está colocado no relatório, foi o que ela pôde presenciar
537 pessoalmente e o que ela viu está bem pior do que o colocado. Deu uma entrevista, ao
538 CRES local que foi publicado dando conta do que foi visto na Unidade. Procurou
539 informar-se se a Unidade não estava recebendo recursos federais. Constatou que a Unidade
540 *in loquo* tem dois milhões de reais para receber do Governo Federal e não consegue
541 receber por incapacidade administrativa. Solicitou que conste em ata o que presenciou: Viu
542 (...), viu extermínio, viu o local como ela nunca havia visto em sua vida, viu o que estão
543 fazendo com os meninos. No Estado em que o Governador conseguiu transformar o Porto
544 de Belém do Pará num local extremamente agradável que era degradado e que hoje o
545 habitante o encontra agradável e como é possível deixar a unidade da forma que ela
546 presenciou. Solicitou formalmente enquanto Conselheira do CONANDA que a SPDCA
547 traga na próxima Assembléia, informações concretas e corretas sobre especificamente essa
548 unidade de Belém do Pará, a EREC - Espaço de Recomeço, quais as condições e como
549 eles estão operando, que tipo de repasse o governo está fazendo ou não está fazendo e por
550 que não está fazendo para que se possa instruir o Governo Estadual sobre as medidas que

551 precisam ser tomadas com relação ao fato presenciado. A fala é de um caso específico,
552 porque é o que cabe pelo que foi visto e estava presente e não quer perder esta
553 oportunidade. O Presidente colocou que o importante neste momento é fechar os
554 encaminhamentos. A Conselheira Edna apontou algumas situações fundamentais de serem
555 discutidas: Implementação de Medidas em Meio Aberto, não todos os estados que estão
556 coordenando esse processo. Grandes partes dos Estados têm apresentado Projetos e tem
557 trabalhado no outro movimento de mobilização que é a Coordenação Estadual da
558 Implantação das Medidas em Meio Aberto. Se o Estado não tem esta consciência só
559 construirá Centros de Internação. Os Planos Estaduais, todos eles foram aprovados nos
560 conselhos Estaduais. A Conselheira Marta reafirmou a união do CFP e OAB e que não
561 havia dúvidas quanto à legitimidade das visitas. As conclusões e recomendações feitas pelo
562 CFP e OAB fizeram a diferença, pois são de interesse do Conselho Federal. Solicitou que o
563 Projeto Político Pedagógico fosse exigido dos Conselhos Estaduais e que o CONANDA
564 faça um documento enfatizando aos Conselhos Estaduais que os Projetos sejam
565 implantados. A Dra. Esther agradeceu a oportunidade, já que os objetivos são comuns, que
566 o objetivo é somar esforços e contar com o apoio de todos os operadores. A Professora
567 Silvana agradeceu pela oportunidade, e citou que todos encaminhamentos foram anotados
568 para serem socializados com todos os envolvidos nesta árdua luta, referindo-se as
569 Propostas da Carta de Cuiabá, que são em função das discussões apresentadas no dia de
570 hoje. O Presidente colocou que a Carta de Cuiabá será circulada pelo correio eletrônico. A
571 Vice Presidente colocou como encaminhamento que o CONANDA deve manifestar-se em
572 relação ao relatório, visto que houve um consenso da legitimidade da Inspeção realizada.
573 Em relação aos gestores, o CONANDA deve solicitar a viabilização de mecanismos de
574 controle social. Enquanto Conselho deve haver o acompanhamento das situações aqui
575 denunciadas e isto deve ser objeto de trabalho, sugerindo que alguma Comissão elabore
576 uma Minuta, que deverá voltar para a Plenária a fim de que seja aprovado o Conteúdo. As
577 situações que ficaram sob a responsabilidade da Secretaria para dar os seguintes
578 encaminhamentos: 1 - Solicitação a Corte, a liberação dos informes para o CONANDA; 2 -
579 Atendimento a solicitação da Conselheira Elizabete quanto aos Convênios feitos com as
580 Unidades que estão relacionadas no relatório, principalmente o EREC; 3 - Estabelecer no
581 próximo Edital de Convênios pré-requisitos específicos aos Estados, que eles façam a
582 solicitação de Convênios sobre o Sistema Sócio Educativo, que seja apresentado um Plano
583 de Reordenamento das Unidades denunciadas sobre a Violação de Direitos; 4 - Os novos
584 gestores, os representantes dos Conselhos Estaduais e das Capitais deverão participar da
585 Plenária de março de 2007 a fim de que possa ser visto o Plano de Trabalho que será
586 estabelecido; 5 - Sugestão: os Seminários Estaduais não deverão acontecer paralelamente
587 aos possíveis Seminários dos Conselhos Profissionais e que estes Conselhos sejam
588 integrados no processo como apoiadores. 6 - Informe: O Fórum Nacional de Prefeito, o
589 encontro será no início de novembro, pauta o Sócio-Educativo e a Municipalização das
590 Medias em meio aberto. O Presidente referiu-se a primeira proposta da Dra. Carmen
591 sugerindo que a Comissão de Políticas Públicas/Medidas Sócio-Educativas preparem o
592 posicionamento do CONANDA em função das publicações da OAB e CFP e da carta de
593 Cuiabá. Em relação a pactuação para o mês de março, a Comissão Intersetorial, doze
594 Ministérios, CONANDA, CNAS, a Construção deverá ser feita em direção a pactuação. 7
595 - Últimos informes: a) Seminário do SINASE - 24 e 25 de outubro de 2006 em Campo
596 Grande - MS. B) Seminário Nacional sobre semi-liberdade - datas possíveis, nos dias 23 e
597 24 de novembro de 2006. O SINASE deve estar presente. C) o CONANDA já fez um
598 encaminhamento para a coordenação da Frente Parlamentar que á uma CPMI, sobre
599 medidas sócio-educativas. Estão na Comissão da Frente Parlamentar: Maria do Rosário,
600 Patrícia Saboya e Thelma de Souza, estão aguardando a conclusão do Processo Eleitoral
601 para que o CONANDA possa organizar e decidir sobre a agenda, que é CPMI, o texto da
602 Lei do PL, Medidas Sócio-Educativas. Procurar harmonizar as duas agendas. O Presidente
603 propôs que a Comissão que trata deste tema reflita e traga as propostas no dia 19/10/2006.
604 Foi solicitado a Dra. Carmen que apresentasse os Estados que não cumpriram os convênios
605 ou que devolveram os recursos. *O segundo dia de Assembléia teve início às nove horas e*



606 *vinte e cinco minutos*. O Conselheiro Romão fez os seguintes informes: a) A Secretária
607 Nacional de Justiça - Cláudia Chagas retornou as suas atividades após tratamento de saúde;
608 b) Prêmio Criança em São Paulo, o Dr. Romão representou o CONANDA neste evento. O
609 prêmio foi oferecido pela Fundação ABRINQ. A experiência foi interessante devido à
610 sistematização dos princípios norteadores quanto às escolhas das entidades. Foi solicitado
611 ao Dr. Romão que convidasse os conselheiros do CONANDA a participarem do Seminário
612 da Fundação ABRINQ nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2006, no SESC Pinheiro, às 19:00
613 horas. *O segundo ponto do dia foi a aprovação da ATA 143ª Assembléia Ordinária*, após
614 a análise feita pelos Conselheiros, a Ata de Setembro de 2006 foi aprovada com ressalvas.
615 *Relato da Comissão de Legislação:* 1) O relator - Conselheiro Romão, iniciou informando
616 sobre a apreciação do Parecer "Oficina de Imagens": Foi encaminhado pela ONG "Oficina
617 de Imagens" ao CONANDA solicitando esclarecimentos sobre a utilização de recursos do
618 Fundo Nacional de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Assistência Social do
619 Município, exigiu que esta Entidade apresentasse a Certificação a fim de que pudesse ser
620 habilitada a utilizar os recursos. A Assessoria Jurídica produziu um Parecer quanto à
621 possibilidade de receber o recurso, pois não há legalidade de condicionar a utilização dos
622 recursos do Fundo a um documento que não está contemplado ou fixado em Lei. Após
623 debate a Comissão concluiu-se como ponto relevante, se é responsabilidade do
624 CONANDA opinar, decidir e responder sobre esses casos concretos. O ponto que a
625 Comissão achou relevante refletir imediatamente, foi: Se a Associação entre Política e
626 Assistência Social e Política de Atendimento a Criança e ao Adolescente são cabíveis ou
627 vinculação necessária. O Presidente do Conanda citou que esses casos continuam chegando
628 ao CONANDA, mesmo que eles sejam remetidos para o Conselho Estadual, acabam
629 revertidos para o CONANDA. O objetivo da criação de normas nacionais é para darem
630 respostas para esses casos e a resolução do Conselho Tutelar surgiu a fim de ter respostas
631 definitivas e cumprir esse papel. A Conselheira Marilene informou que a Oficina é uma
632 OCIP e não está registrada no Conselho e a situação criada é da Assistência Social, pois
633 não pode ser registrada. O que precisa ser verificado é como que na Resolução do Fundo,
634 essas questões não esclarecidas podem ser contempladas, a Resolução 105 dá uma abertura
635 para as questões de participação. Faz-se necessário aprofundar este assunto e deixar claro,
636 pois o Projeto foi aprovado, mas a Secretária não fez o Convênio. O Conselheiro Helder
637 falou sobre a Legislação Municipal, que no caso da Entidade sentir-se prejudicada, ela
638 deverá recorrer ao Ministério Público considerando a Legislação local. O Presidente
639 colocou que as reflexões são corretas e concorda com o Parecer da Comissão, mas é
640 necessário pensar para o futuro nos seguintes aspectos: Resolução sobre a FIA, o Registro
641 e a escrituração sobre o Conselho da Criança e o Adolescente, o Estatuto, as Resoluções do
642 CONANDA 71, 74 e 105, tratando do assunto faz-se necessário fazer uma leitura e análise
643 das Resoluções citadas a fim de evitar conflitos. A Comissão deve rever e criar uma norma
644 só. O Conselheiro Romão fez uma sugestão de encaminhamento: A Sub-Secretaria deve
645 responder conjuntamente com o CONANDA e este responder a oficina sobre o caso
646 concreto que está sendo analisada por este Conselho na Resolução e Elaboração sobre o
647 FIA. O esforço deve ser de transformar em subsídios para elaboração de normas gerais a
648 fim de evitar a multiplicação. O Fernando recebe e despacha para a Sub-Secretaria para
649 responder formalmente, a partir do Parecer da Comissão. Retorno sobre a conclusão das
650 análises sobre o PLS e PEC que tramitam no Congresso Nacional sobre a criança e
651 Adolescente, a Comissão sugeriu que este assunto fosse incluído na pauta da Assembléia
652 de dezembro, pois o Banco de dados informou que faltam poucos Pareceres a serem
653 encaminhados e incluídos. Em dezembro o CECRIA fará a apresentação do Banco de
654 Dados e a metodologia e a data da realização do Seminário. Ao Conselho fica a
655 incumbência de apreciar o Banco de dados, a metodologia proposta e fazer a deliberação
656 sobre a data da realização do Seminário e fazer a convocação dos parceiros que são a
657 UNICEF, CECRIA, os Parlamentares mobilizados da Frente, Fórum Nacional. Sobre a
658 participação da Sra. Alysson na Comissão, a sugestão é que o Seminário seja realizado no
659 início da Legislatura seguinte, os parlamentares tomam posse em fevereiro, a fim de pautar
660 a participação desses parlamentares. 3) Extra Pauta: 1. O relator colocou sobre o

661 encaminhamento feito a Comissão pela Conselheira Maria Izabel a análise das tirinhas
662 das estórias em quadrinhos, publicadas em jornais. A folha de São Paulo faz a publicação
663 de duas tirinhas. Aline e Faquinha, a interpretação feita é que as cenas são inadequadas,
664 visto que fere o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois há prática de prostituição e
665 violência. Quanto a este tema, a Comissão sugere encaminhar ofício à Direção da Folha de
666 São Paulo para dar os devidos esclarecimentos e que eles se posicionem sobre a finalidade
667 de estar sendo veiculados esses tipos de tirinhas e fazer sugestões de inclusão de tirinhas
668 que promovam direitos da criança e do adolescente como, por exemplo, a Turma da
669 Mônica. O Conselheiro Romão solicitou ao Presidente do Conanda que encaminhe o ofício
670 à Folha de São Paulo solicitando esclarecimentos. 2. Posicionamento do CONANDA a
671 respeito das questões encaminhadas pelo Conselho Estadual do Rio Grande do Norte, a
672 Secretária Executiva do Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente enviou
673 uma correspondência em 16.10.2006 solicitando urgentemente orientação do CONANDA.
674 O Conselheiro Romão leu para a Plenária os questionamentos e a respostas dadas pela
675 Comissão através da Conselheira Patrícia, já que havia necessidade das indagações feitas
676 serem respondidas até o dia 19.10.2006. O Presidente fez o seguinte encaminhamento
677 quanto a Oficina de Imagens: Encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança
678 e do Adolescente esclarecimentos sobre o conflito estabelecido na Capital de Minas
679 Gerais. 4. Regimento Interno – A apresentação foi feita pela Conselheira Patrícia
680 informando que foi enviada para os conselheiros várias versões, explicando sua disposição:
681 1ª. Coluna: Regimento atual, 2ª coluna: Consolidação das contribuições advindas da
682 Comissão de Legislação e do Conselho. 3ª coluna: Sugestão de redação final da Comissão.
683 A parte colorida é os artigos que sofreram alterações e em maiúsculos as frases que foram
684 alteradas e o que está em preto não sofreu alteração. Sugeriu a leitura e fazer o destaque
685 onde existir divergência. O Presidente colocou da necessidade de se fazer o destaque e
686 caso não haja destaque será considerado aprovado e a Comissão fará as anotações das
687 correções. A Conselheira Patrícia colocou que os primeiros artigos sofreram modificações
688 colocando redação mais apropriada. No inciso 11 houve inovação. Foram feitos os
689 destaques: A Conselheira Joisiane citou o artigo 1º, propondo incluir a palavra Proteção,
690 que a mesma fosse acoplada aos Termos Promoção e Defesa. A Conselheira Marilene citou
691 o inciso I solicitando a retirada da palavra ‘atendimento’ e fazer a alteração sempre que
692 couber no texto como um todo. A Conselheira MIRIAM citou o art. 3º solicitando a
693 inclusão da palavra atendimento, o colegiado esclareceu que o termo promoção utilizado
694 no artigo abrange o atendimento. O Conselheiro Romão solicitou esclarecimento quanto à
695 sugestão da Conselheira Jô e se a palavra ‘garantia’ sofreria prejuízo. A Conselheira
696 Joisiane colocou que a palavra garantia possui três dimensões: Promoção, Proteção e
697 Defesa. A palavra garantia foi substituída por ‘Proteção’. A Conselheira Patrícia citou o
698 parágrafo único do artigo 3º dando o seu parecer. O colegiado aprovou o texto citado. O
699 Conselheiro Helder citou o artigo 5º, sobre a inclusão do parágrafo 7. O Conselheiro
700 defende a não inclusão do parágrafo 7. O autor da proposta, Conselheiro Caporal, retirou a
701 proposta de inclusão do parágrafo. Após o destaque do Conselheiro Helder, vários
702 Conselheiros se manifestaram gerando um debate, decidindo-se em manter a redação
703 original, portanto a retirada do parágrafo 7. A Conselheira Júlia citou o artigo 7º, inciso VI,
704 solicitou esclarecimentos sobre o porque só na Prática de Crime Doloso. A Conselheira
705 Patrícia prestou os devidos esclarecimentos. Após um debate intenso concluiu-se em
706 manter a redação original do artigo 6ª. O conselheiro Rogério citou o artigo 11º,
707 solicitando esclarecimentos sobre a mudança de estrutura para Organização. A Conselheira
708 Patrícia apresentou a justificativa dizendo que foi uma proposta dos Administrativistas e da
709 Casa Civil, pois tecnicamente o termo adequado seria Organização. O Conselheiro Romão
710 observou que o termo Estrutura não é colocado em Regimento Interno e sim em Decretos.
711 O Conselheiro Cláudio citou o artigo 12º no inciso I sobre o termo “última Instância”,
712 dando as devidas justificativas sobre o referido termo. Houve debate sobre este artigo e a
713 comissão prestou os devidos esclarecimentos. O Conselheiro observou colocou que existe
714 uma previsão legal e a lei estabelece a sucessão deliberativa. O Presidente colocou que o
715 texto deve ser mantido. O Conselheiro Ivanildo citou o artigo 12º, inciso III, ressaltando



716 que a palavra 'definindo' no meio do texto não está bem clara, apresenta uma questão de
717 redação. Foi sugerida e acatada a deslocação da palavra Extinção: ficando o texto desta
718 forma: "Criação de Comissões Permanentes e de grupos temáticos, definindo suas
719 competências, composição, procedimentos e prazo de duração, assim como sua extinção".
720 A Conselheira Joisiane citou o artigo 12º, inciso IV, sugerindo a inclusão "da palavra deliberar.
721 Vários Conselheiros opinaram colocando os prós e contras. Diante do impasse criado o Presidente
722 colocou em votação este inciso. Proposta 1) "Convocar, ordinariamente, a cada dois anos, a
723 conferência Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, para avaliar a política Nacional dos
724 direitos da Criança e do Adolescente. Proposta nº (2) Avaliar e deliberar sobre a Política Nacional
725 dos Direitos da Criança e do Adolescente e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento e
726 exequibilidade. Feita a votação ficou aprovada a proposta nº 2. A Conselheira Carmem citou o
727 inciso VII, da necessidade de se fazer um ajustamento ao proposto no IV, "Deliberar sobre a
728 Política, o ideal seria usar os termos: Formular e deliberar ..." Sugestão aprovada. Cláudio citou o
729 artigo 13ª, sugerindo: substituir na penúltima linha: "Buscando preferencialmente a
730 paridade na sua composição" por "respeitando a paridade na sua composição". (2)
731 Substituir "buscando preferencialmente" por "respeitando a paridade na sua composição"
732 (3) Parágrafo Único: a questão é de redação, retirar a palavra "privadas" e acrescentar "de
733 Entidades da Sociedade Civil" . Sugestões dadas pelo Conselheiro Cláudio, o Presidente
734 fez a leitura do texto com as modificações feitas. Vários Conselheiros se manifestaram
735 dando opiniões, ficando decidido que o caput do artigo seria para as Comissões e a criação
736 de dois parágrafos: 1º Parágrafo: Específico para o GT – Grupo Temático. Prazos e
737 produtos e resolução específica. 2º Parágrafo – A Comissão poderá convidar a participar
738 dos grupos de trabalho, representantes de Órgãos Públicos dos Poderes Executivo,
739 Legislativo e Judiciário, de Entidades da Sociedade Civil e Crianças e Adolescente. A
740 Conselheira Patrícia sugeriu ainda no artigo 13º, retirar a palavra "Resolução" e
741 acrescentar "neste Regimento". A Conselheira Elizabete citou o Caput do artigo 14º, inciso
742 I, propôs a inclusão da palavra Comunicação, ficando a redação desta forma: "prestar
743 assessoria técnica, jurídica de comunicação e administrativa ao CONANDA". Caso seja
744 aprovado, incluir a palavra Comunicação na página 18, artigo 33º. Houve várias
745 manifestações em ralação a esta sugestão, após debate e votação, o texto final ficou da
746 seguinte forma: "prestar assessoria técnica, inclusive jurídica, administrativa e de
747 Comunicação ao CONANDA". A Vice Presidente citou o artigo 14º, inciso IV, solicitando
748 esclarecimentos, questionando se este aspecto é de responsabilidade da Secretaria
749 Executiva, visto que isto é uma ação política. A Secretaria Executiva tem como objetivo
750 apoiar o funcionamento do Plenário do Conselho, mas não é de sua competência fazer
751 articulação política. Após debate e opiniões, o texto final ficou desta forma:
752 "Operacionalizar contatos com os demais Conselhos Setoriais quando designado pelo
753 Plenário ou Presidência". O Conselheiro Helder citou o artigo 14º, inciso VI, houve debate
754 e concluiu-se que se fizesse a junção dos incisos VI e VII. A Vice Presidente citou o art.
755 14º, inciso XIV, colocando não ter entendido a vedação, houve esclarecimentos e debate
756 sobre este inciso. No artigo 16º, o Conselheiro Cláudio sugeriu fazer a supressão de
757 qualquer prazo, houve debate e proposta de votação. Na votação ficou decidido a retirada
758 do prazo. No artigo 20º, o Conselheiro José Eduardo colocou a observação feita pela
759 Conselheira Tereza, que fosse usada a palavra permanente ao invés de temáticas. No artigo
760 24º, o Conselheiro sugeriu acrescentar a expressão "Membros no exercício da titularidade",
761 explicando os motivos de ser colocada esta expressão. O Presidente colocou no mesmo
762 artigo do José Eduardo que deixasse registrado quando acontece a eleição, propondo
763 acrescentar ao texto: "na primeira reunião". A proposta seria desta forma: "A eleição da
764 Presidência e Vice ocorre na primeira Assembléia Ordinária de cada ano". Proposta aceita
765 pela Plenária. No artigo 29º, a Conselheira Elizabete colocou sobre a Estruturação das
766 Comissões, forma como ela está proposta; Ela sugere não separar as Políticas Sociais
767 Básicas das Políticas de Assistência e não fazer do SINASE uma Comissão específica. A
768 Conselheira Miriam colocou sobre a discussão feita na Comissão de Políticas Públicas e a
769 decisão foi de defender que as Medidas Sócio-Educativas SINASE continue dentro da
770 Comissão e que não haja separação. O Conselheiro Helder propôs a criação da comissão de
771 proteção especial. Essa Comissão de Proteção Especial envolve Medidas Sócio-

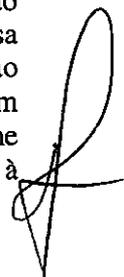
772 Educativas, Trabalho infantil, questões do abrigo, não havendo necessidade de
773 criar um grupo de trabalho específico para tratar desses assuntos. Uma Comissão da
774 Proteção Especial seria suficiente para abarcar estes aspectos. Após várias colocações dos
775 Conselheiros e divergências de opiniões, o Presidente colocou em votação duas propostas:
776 (1) Proposta nº 1 – São duas Comissões: Políticas Sociais Básicas e Política de Proteção
777 Especial; (2) Proposta nº 2 – uma única Comissão – Políticas Públicas. A Proposta nº 1
778 obteve 4 votos e a proposta nº 2 obteve 13 votos. A Conselheira Elizabete fez
779 encaminhamento: Registrar que a Comissão de Orçamento e Finanças que acabou de ser
780 aprovada, tenha como primeiro ato a análise da aprovação da questão e traga uma proposta
781 para a Planária do CONANDA de como será possível compatibilizar a análise dos projetos.
782 A própria Comissão de Orçamento e Finanças deve fazer a análise. A Conselheira Patrícia
783 colocou da proposta encaminhada para a Comissão: Comissão excepcional para ser feita a
784 análise de projeto ao Fundo definida especialmente para este fim quando do lançamento
785 dos Editais, seria uma Comissão com o tempo de existência limitada. O Presidente defende
786 que seja mantido o que já existe. Atribuição da Comissão de Orçamento. Cria-se um grupo
787 encarregado de trazer para a Comissão e depois para a Plenária. São duas propostas: 1ª
788 Proposta – Constituir um GT; 2ª Proposta – manter na Comissão de Orçamento e Finanças.
789 A proposta número 2 foi aprovada. O Conselheiro Cláudio colocou sobre o artigo 32º,
790 destacando que não há necessidade de ter “os cinco dias antes”. Após algumas
791 considerações, optou-se em adequar a decisão anterior. No mesmo artigo, foi sugerido
792 fazer a substituição da palavra “construída” por “elaborada”. No artigo 34º, foi sugerido
793 fazer a supressão do inciso XIII. No artigo 36º, inciso XV foram colocadas duas sugestões,
794 após debate, houve proposta de votação, ficando contemplado a sugestão de nº 2. O
795 Presidente solicitou a Comissão que se fizesse os ajustes necessários no Regimento
796 conforme a contribuição e decisão do colegiado. O Presidente compartilhou com a Plenária
797 sobre um conteúdo recebido por uma Organização chamada ÁGERE, onde eles
798 solicitavam um Parecer do CONANDA sobre a publicação de um livro, sobre a Formação
799 de Conselheiros em Direitos Humanos. Foi estabelecido que o CONANDA envie como
800 resposta a Resolução sobre os Parâmetros de Formação para os operadores do Estatuto da
801 Criança e do Adolescente. *Relato da Comissão de Orçamento* – O Relator, Conselheiro
802 Fábio iniciou dizendo que dois assuntos eram informes e os outros quatro eram questões
803 que necessitariam de deliberação: 1) A primeira planilha dos convênios relativos aos
804 Projetos aprovados, cancelados e novos Projetos, a Vice Presidente fará a apresentação. 2)
805 A existência de 09 (nove) novos projetos que deverão ser analisados à luz do Edital, o
806 parecer será apresentado na Plenária de novembro. 3) Congresso dos Conselhos Tutelares,
807 foi aprovado e acontecerá no mês de novembro. 4) Planilha de Evolução e Execução do
808 FIA e SPDCA, esta planilha será apresentada na Plenária de novembro com os seguintes
809 dados: autorizado (lei), Disponível, Executado. A evolução é do período de 1995 até 2006.
810 5) Plano de Captação de Recursos para o FIA, os encaminhamentos foram os seguintes: a)
811 Criação de um GT para construção de uma minuta do Plano de Captação de recursos para o
812 FIA para 2007. Este GT está sob a responsabilidade da Conselheira Carmen e do
813 Conselheiro Caporal. b) No mês de novembro acontecerá a reunião com os empresários
814 dando continuidade ao encontro ocorrido no dia 10/10/2006, referente a doações para o
815 Fundo. c) Apresentação da Proposta para as Ações Estratégicas do CONANDA/2007. d)
816 Na Plenária de Novembro os Ministérios e SEDH estarão apresentando o Planejamento e
817 Orçamento de 2006 e previsão Orçamentária para 2007. O Presidente sugeriu que o
818 encontro com os Ministérios fosse realizado no dia 07/11/2006. 6) Criar GT para
819 elaboração da minuta do Edital de avaliação e aprovação de Projetos para 2007, os
820 responsáveis são a conselheira Carmen e o conselheiro Caporal. 7) Apresentação e
821 instrumento de avaliação de Projetos e dos projetos aprovados. A plenária aprovou os fatos
822 relatados pelo relator. A Conselheira Carmen apresentou detalhadamente a Planilha dos
823 Convênios relativos aos Projetos aprovados/cancelados e novos Projetos. Informou que os
824 dados atuais da Execução Orçamentária são atualizados quinzenalmente, pois existe uma
825 meta de 100% da Execução Orçamentária e cada caso é acompanhado individualmente
826 objetivando dar o suporte necessário. São 117 Convênios, entre os cancelamentos e ajustes

827 que foram feitos existe um saldo, que permite fazer uma apresentação de novos projetos
828 dos que foram recebidos fora do Edital e que o CONANDA faça a deliberação da
829 utilização do saldo existente no momento. A Comissão de Orçamento pré-selecionou nove
830 Projetos, 03 são da área de Promoção de Direitos, 03 no Sócio Educativo e 03 no combate
831 a violência sexual. A Comissão fará a análise dos nove projetos mediante parecer técnico
832 das equipes que será apresentado na próxima plenária para a apreciação e possivelmente já
833 exista a informação necessária para a realização de toda execução orçamentária. Já foi
834 executado praticamente tudo que foi disponibilizado até o momento. Faz se necessário ter
835 um aval para se fazer um ajuste entre custeio e capital, a fim de ter acesso aos recursos que
836 estão no Fundo, já que há um limite Orçamentário. Espera-se que na Plenária de novembro
837 a Comissão possa ter definição do saldo e se ele poderá ser aplicado em algum outro
838 convênio. O saldo é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e o total dos
839 projetos é de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), fazendo alguns ajustes é
840 possível fazer a liberação de todos os novos projetos. Foi projetada a evolução, o
841 detalhamento dos programas contemplados no orçamento desde 2000 até 2005 e o de 2006
842 até o momento. Tudo foi exposto graficamente em valores. Foi dado destaque para a
843 reunião que aconteceu no dia 10.10.2006 com o conjunto de 12 Estatais e estiveram
844 presente o Sr. Ministro, o Presidente e Vice Presidente do CONANDA. Foi apresentada
845 para a Plenária a apresentação feita na reunião. Nesta apresentação surgiram algumas
846 dúvidas quanto aos valores do ano de 2006. O Presidente colocou que é necessário analisar
847 o ano de 2005 com uma lógica e 2006 com outra, pois este ano ainda não foi fechado. Foi
848 apresentada a evolução das doações e dos cinco principais doadores. A PETROBRÁS é a
849 principal doadora desta gestão. O Conselheiro Helder fez um questionamento sobre a
850 PETROBRÁS: Se a doação foi feita sem fazer a utilização do uso fiscal, Se eles fizeram o
851 uso, o termo adequado a ser usado seria Destinador e não Doador. A Vice Presidente
852 colocou que toda a apresentação feita será enviada para todos, através de e-mail. O
853 Presidente colocou que no mês de novembro fosse realizado um encontro com as
854 Empresas. Isso faz parte do Pró Conselho Brasil sobre o que foi discutido no mês de agosto
855 que era de estar fazendo uma visualização com o objetivo de aumentar a captação de
856 recursos, via dedução de Imposto de Renda. Em outubro este assunto será apresentado no
857 Encontro do Rio de Janeiro. Solicitou a opinião do colegiado se o que foi exposto pode ser
858 apresentado como Estratégias do CONANDA e SPDCA, ou se haveria necessidade de
859 acrescentar algo enquanto CONANDA. A Conselheira Carmem colocou como informe a
860 parceria com as Estatais que tem feito contribuições para o Fundo e está sendo realizado
861 um encontro individualmente que já foi feito com a PETROBRÁS, a CEF e o Banco do
862 Brasil. A Companhia Vale do Rio Doce procurou a SPDCA demonstrando disponibilidade
863 de promover uma reunião na FIERGES com Empresas Privadas onde pudesse ser feita esta
864 apresentação. A Conselheira Elizabete solicitou esclarecimentos sobre: "Falcão do
865 Tráfico" e sobre a "Parceria com o Setor Privado", justificando que existe uma
866 preocupação quanto à parceria, já que é de conhecimentos de todos que existem muitas
867 Empresas que exploram o Trabalho Infantil e são possuidoras de alguns tipos de
868 irregularidades e que não seria interessante ver o CONANDA e SPDCA associados a
869 alguns tipos de irregularidades. Esses fatos ocorrem nas Estatais, mas não com tanto risco,
870 como nas Entidades Privadas. A Conselheira Júlia fez observações sobre as ações
871 Estratégicas de 2007; solicitando esclarecimento sobre a Implantação do Sistema de
872 Medidas Sócio-Educativas em meio aberto e sobre o SINASE. A Conselheira Marilene
873 solicitou esclarecimentos: se já existe definição das ações conjuntas e sobre o Banco de
874 Boas Práticas. A Vice Presidente prestou os devidos esclarecimentos. A) Idoneidade das
875 Empresas; todo o cuidado é necessário e todo e qualquer acerto a ser feito será trazido para
876 a Plenária para se fazer a devida análise e deliberação; B) Sobre ações Estratégicas, são
877 ações da SPDCA, do Conjunto de possibilidades sob a luz de um Governo, pois a SPDCA
878 é vinculada a uma gestão que tudo leva a crer que haverá um segundo mandato e o Plano
879 do Governo foi elaborado com vistas a isso, por este motivo a idéia do Observatório de
880 Direito, o bando de Boas Práticas estão inclusas no Plano do Governo. C) o Banco de Boas
881 Práticas é uma espécie de portal, onde o Gestor Municipal pode ter acesso aos Programas



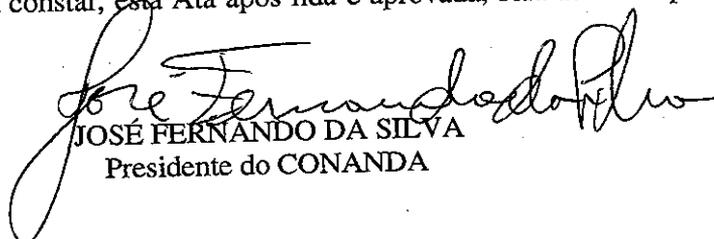
882 do Governo ou algum outro dado necessário que seja de estar favorecendo e apoiando
883 tecnicamente, financeiramente algum Projeto Municipal. D) A Escola de Conselhos é uma
884 idéia extraída do Plano de Governo. E) SINASE, foi citado, pois ele não é uma ação e sim
885 um Sistema Nacional, mas foi dado destaque a Política Sócio-Educativa, a
886 Municipalização em Meio Aberto. F) “Falcões do Tráfico” é a idéia de desenvolver um
887 trabalho com crianças e adolescentes em situações de violência armada. O conselheiro
888 Helder colocou sobre o Direito a convivência familiar e comunitária, questionando o
889 porquê de terem sido colocados apenas dois itens como ações previstas, pois tem muito
890 mais ações no Plano Nacional. Investimento na família de origem, na família extensiva, do
891 Programa da Família Acolhedora. O Conselheiro questiona também, se o investimento será
892 feito pela Secretaria ou se ela será apenas a articuladora dos outros Ministérios a fim de
893 que o Plano possa ser executado de forma integrada. A sugestão é que na apresentação
894 possa estar presente essas Ações. A Conselheira BETE citou a preocupação em relação às
895 perguntas feitas pelos Conselheiros Fábio e Julia sobre o SINASE. A colocação da Sub-
896 Secretaria que o Sistema Nacional Sócio-Educativo – SINASE é de competência da União.
897 Fez a citação dos incisos e do artigo 43 que especifica sobre o Sistema Sócio-educativo.
898 Ela faz o seguinte questionamento: Questionou que se este não é o momento e a
899 oportunidade de fazer com que a União assuma a responsabilidade no que diz respeito a
900 Secretaria de Direitos Humanos ou o SINASE ficará apenas com a proposta maravilhosa
901 do ponto de vista organizativo e sem viabilização financeira. A Vice Presidente colocou
902 que o SINASE é o seu filho predileto, pois ela vem do Sistema Sócio Educativo, mas o
903 orçamento, o gás da Sub-Secretaria não pode ficar focalizado estritamente no Sócio
904 Educativo. A Conselheira Elizabeth colocou enfaticamente o seu pensamento em relação
905 ao Governo, da Possibilidade de ter dar uma mensagem para a Sociedade Brasileira, já que
906 o Governo Federal é um Sistema Nacional de Medidas Sócio Educativas que é oferecido
907 para a Sociedade e ser implantado e mudar a face das internações. Então é necessário
908 lançar mão de todas as oportunidades oferecidas e que a SPDCA tiver, ela não deve
909 renunciar ao momento em que ele poderia estar oferecendo um cardápio e dizer para todos
910 os sujeitos deste País de que se faz necessário financiar as ações para a implementação do
911 SINASE, isto não significa construir unidades de internação, mas fazer a implementação é
912 um desafio grande e a Sub-Secretaria necessita ter recursos para fazer a implementação do
913 SINASE. É necessário ter mais ações a fim de se alcançar um grande avanço nesse sentido.
914 Após ouvir as opiniões dos Conselheiros e perceber que havia um grau de insatisfação
915 sobre a proposta apresentada pela Comissão, a Vice Presidente informou ao colegiado que
916 a proposta seria retirada. No seu entendimento há necessidade de fazer um
917 amadurecimento nesta parte da proposta. O Presidente fez dois encaminhamentos: a)
918 Financiamento do SINASE, no dia 07.11.2006. Haverá reunião com sete Ministérios e
919 neste momento será possível visualizar o que existe em relação ao financiamento por parte
920 do Governo Federal em relação ao SINASE. b) Quanto a atividade que seria realizada no
921 Rio de Janeiro fica em aberto, devido a Vice Presidente ter retirado a proposta. A
922 Conselheira Marilene solicitou esclarecimento a respeito do Projeto ANDI, na Assembléia
923 passada foi colocado que haviam questões pendentes para a formalização do convênio e se
924 houve a liberação do recurso. Em relação ao Projeto da FIOCRUZ, a informação dada pelo
925 Alberto e que faltavam R\$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) para a aquisição
926 dos Kits. Colocou que não entende como é possível faltar recurso em alguns projetos, se na
927 Planilha apresentada o saldo era de um milhão de reais. A Vice Presidente informou que o
928 saldo apresentado é um saldo a confirmar em relação ao Projeto da FIOCRUZ houve uma
929 demora, pois a negociação foi muito complexa. Quanto à verba do Projeto ANDI ela
930 existe, mas não está autorizado a tornar-se disponível. O Conselheiro Helder manifestou
931 sua admiração diante da informação, pois segundo ele, o dinheiro foi captado pela ANDI
932 (um milhão de reais) já tem 8 meses, e dinheiro captado não é recurso do orçamento,
933 portanto, disponível para uso desde que o projeto tenha sido aprovado e, o que consta é que
934 o projeto da ANDI foi aprovado. *Relato da Comissão de Articulação e Comunicação.* O
935 relator Napoleão iniciou fazendo a colocação da Resolução sobre o FIA. A Comissão
936 aguarda contribuições dos Conselheiros. A apreciação e a apresentação estavam previstas

937 para a Plenária de outubro para a aprovação do texto preliminar e nos meses de
938 novembro e dezembro iria para a Consulta Pública. A Comissão propôs o seguinte:
939 Prorrogar por um mês, aguardar contribuição dos Conselheiros, socializar com o
940 CONANDA, reunir com a Comissão de Orçamento entre os dias 29 e 30/11/06 com a
941 presença do Mauricio Vian no dia 30/11/2006. O Presidente colocou a reunião deve
942 acontecer desde que haja disponibilidade de agenda da comissão de Orçamento e Finanças.
943 A Conselheira Marilene colocou que o texto merece um olhar especial ainda e não houve
944 tempo da Comissão trabalha-lo. O Presidente colocou que não concorda que a reunião
945 proposta aconteça apenas com duas Comissões, pois o texto deve receber contribuições de
946 todas as Comissões a fim de se evitar refazer a discussão. O ponto seis a ser relatado foi
947 sobre o III Congresso Nacional de Conselhos Tutelares previsto para acontecer de 23 a 26
948 de novembro de 2006 em Luziânia-GO. A Conselheira Jô apresentou a justificativa e o
949 objetivo da realização do Fórum. O Conselheiro Napoleão informou que o Projeto
950 necessita de Parecer da Comissão para aprovação. A Comissão já tem a preposição quanto
951 a Programação de Temas, nomes de expositores e Painelistas. O relator deu todas as
952 informações e os detalhes para a realização do evento. Ficou estabelecido o seguinte: a)
953 Sobre o SINASE – Carmem e Cláudio. B) Resolução 75 – Fernando; c) SIPIA – a relatora
954 Júlia. O Conselheiro Alberto colocou sobre o lançamento da campanha Fundo Amigo, foi
955 sugerido e apreciado pela Comissão de estar realizando uma Audiência Pública na Câmara
956 junto com a Frente Parlamentar no dia 08.11.06 pela manhã, onde seria feito a entrega do
957 Manifesto abaixo assinado em prol do PL 1300, A Vice Presidente sugeriu que fosse
958 convidado um representante de cada Conselho Estadual. A Conselheira Elizabete solicitou
959 constar em ata que na Reunião da Comissão de Articulação e Comunicação do dia 18 de
960 outubro de 2006, a Comissão contou com a presença de nove Conselheiros e o Sr.
961 Napoleão Alvarenga Filho, suplente como representante Governamental. *Relato da*
962 *Comissão de Políticas Públicas* – A relatora Júlia colocou da necessidade de se fazer
963 deliberação do encontro Quilombinho, pois a UNICEF solicitou que fosse realizado nos
964 dias 15 e 16 de dezembro para a apresentação da pesquisa. Devido a grande agenda de
965 final de ano a Comissão solicita verifica quais os Conselheiros que poderão participar deste
966 Encontro. O Presidente colocou que nos dias 15 e 16 de dezembro algumas pessoas não
967 mais serão Conselheiras do CONANDA. Faz-se necessário consultar os novos
968 Conselheiros da possibilidade de que possa participar. O segundo ponto pautado foi sobre
969 Criança Indígena – Projeto de Seminário do CEDCA-AM, nos dias 28 e 29 de novembro
970 de 2006. Eles solicitam apoio do CONANDA quanto à logomarca, participação de
971 Conselheiros e que este evento seja divulgado. A Comissão recomenda liberar a
972 Logomarca e sugerido a participação das Sras. Beatriz ou Alda. O terceiro ponto relatado
973 foi o resultado da Oficina de Aprendizagem, os encaminhamentos estão no relatório da
974 Comissão. O quarto ponto relatado foi sobre o FONACRIAD/CFP e OAB. Foi solicitado
975 ao Conselheiro Cláudio fizesse a redação final. O Presidente solicitou circular o texto via
976 e-mail até o dia 23/10/2006. A Comissão de Políticas Públicas vai se reunir um dia antes
977 da Plenária a partir de novembro de 2006, pois há muitos assuntos a serem discutidos e
978 priorizados, a fim de garantir meio período para as Medidas Sócio-Educativas - SINASE.
979 O Presidente solicitou que fossem colocados os informes. A Conselheira Júlia informou
980 que estão abertas as inscrições para o IV Encontro Nacional de Educação Social. Colocou
981 a sua posição quanto a saída da Vice Presidente da Plenária, pedindo desculpas a toda a
982 equipe do CONANDA e da Subsecretaria. E que o trabalho da equipe é sem dúvida
983 maravilhoso. A Conselheira Jô colocou dois informes. 1) O material recebido foi objeto da
984 constituição de um GT da Comissão. E no mesmo contém uma versão para consulta e que
985 será encerrada amanhã, dia 20.10.2006. 2) O Maranhão foi vítima durante alguns anos da
986 morte de 28 meninos emasculados e no dia 23/10 vai a Júri Popular o 1º julgamento do
987 Francisco das Chagas que assumiu a autoria dos crimes. O Conselho Estadual de Defesa
988 dos Direitos Humanos e o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente estendem ao
989 CONANDA a possibilidade de participação. Os Conselheiros que tiverem interesse em
990 participar devem fazer o credenciamento. O Presidente sugeriu que a Conselheira Joisiane
991 representasse o CONANDA. O Conselheiro José Eduardo entregou um material à



992 Secretaria Executiva e solicitou que o Presidente fizesse uma solicitação ao POLIS do
993 documento chamado Reforma Políticas que faz a análise dos espaços de participação e
994 citação de todos os Conselhos criados no atual Governo. O Presidente solicitou a Secretaria
995 que fosse devidamente atendida a solicitação. O Conselheiro José Eduardo trouxe um
996 convite do Nacional de Juventude para o Conanda participar nos dias 27, 28 e 29 de
997 novembro de seu evento e solicitou que pelo menos indicasse um representante. Solicitou
998 também a aquisição do material que o Sr. Antonio Carlos da Costa produziu e fosse
999 encaminhado para o seu e-mail. É importante ficar registrado o reconhecimento do esforço
1000 da Comissão de Orçamento em trazer as informações para poder subsidiar as deliberações
1001 do Conselho. A Conselheira Marta colocou que deve haver cuidado na forma como os
1002 trabalhos são criticados. "Devemos ser críticos, defender a Criança e que seja prioridade
1003 absoluta no Orçamento. Reconhece o esforço de toda a equipe e que a Vice Presidente está
1004 muito bem intencionada". A segunda situação é sobre o estado de saúde precária da Sra.
1005 Luiza Marinheiro, ex-Conselheira suplente, segundo informação está em fase terminal e
1006 que a mesma contribuiu muito com a Comissão de Legislação. Sugeriu fazer uma
1007 manifestação, uma carta assinada pelo Presidente dizendo que a Plenária está orando por
1008 ela. A Conselheira Edna pontuou dois aspectos: Nunca foram elaboradas tantas planilhas,
1009 gráficos e resultados de visibilidade e antes de sair, a Conselheira Carmen solicitou que se
1010 fizesse um agradecimento à equipe. Vários Conselheiros fizeram colocações oportunas
1011 sobre o relato da Comissão de Orçamento; sobre o trabalho que vem sendo apresentado. O
1012 esforço da equipe foi elogiado e todos foram parabenizados pela dedicação e competência.
1013 A Conselheira Elizabete solicitou deixar registrado a total clareza dos ganhos obtidos nos
1014 últimos períodos, especificamente pelo trabalho da Equipe, com relação ao incômodo
1015 deixado pela Professora Carmen e que ela gostaria de se manifestar na presença da mesma,
1016 em Plenária. O Presidente do CONANDA colocou a informação da Sra. Jacqueline sobre
1017 os ANAIS da VI Conferência do CONANDA, será publicada na Imprensa nos próximos
1018 20 dias e já está disponível no site. Não tendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente
1019 - JOSÉ FERNANDO DA SILVA, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a
1020 Assembléia. Para constar, esta Ata após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do
1021 CONANDA.

1022
1023
1024
1025



JOSÉ FERNANDO DA SILVA
Presidente do CONANDA